



## CIÊNCIAS HUMANAS

**A pandemia da COVID-19 e a acentuação das desigualdades sociais em diferentes territórios: uma análise de documentos de domínio público***The COVID-19 pandemic and the accentuation of social inequalities in different territories: an analysis of public domain documents*Juliana Catarine Barbosa da Silva<sup>1</sup>, Roseane Amorim da Silva<sup>2</sup>**RESUMO**

Neste estudo apresentamos uma reflexão sobre a precarização e as desigualdades nos modos de vida em diferentes territórios no contexto da pandemia da COVID-19. Para isso, fizemos uma busca de documentos de domínio público no Jornal Folha de São Paulo, considerando os meses de abril e maio (1ª fase da pandemia), através dos descritores: periferia, favela, comunidade, quilombolas e indígenas, relacionados à COVID-19. Identificamos 623 matérias e após leitura e categorização, restaram 175. Foi realizada análise temática das matérias selecionadas. Observamos que os discursos produzidos sobre as comunidades, favelas e periferias percorrem diversos caminhos. Os referidos espaços são abordados como mais vulneráveis aos efeitos sociais, econômicos e políticos que surgem com a pandemia, e observamos que a COVID-19 visibilizou antigas problemáticas: a precarização do trabalho, das condições de moradia e as desigualdades entre negros/as e brancos/as. As matérias abordaram também a insuficiência dos cuidados com os povos tradicionais e a necessidade de medidas urgentes de proteção e acesso aos serviços de saúde para essas populações.

**Palavras-chave:** Territórios; COVID-19; documentos de domínio público.

**ABSTRACT**

*This paper discusses precariousness and inequalities regarding ways of life in different territories within the context of the COVID-19 pandemic. We searched for public domain documents in the newspaper Folha de São Paulo, considering the months of April and May (1st phase of the pandemic), using the following descriptors associated with COVID-19: suburbs, slum, community, quilombo community, and indigenous people. A total of 623 articles was found and after reading and categorizing them, 175 remained. After the thematic analysis of the articles was carried out we found evident differences in the discourses about communities, slums, and suburbs. These spaces are addressed as more vulnerable for social, economic, and political effects that arise from the pandemic, and COVID-19 highlighted old issues: the precariousness of work, housing conditions, and inequalities between black and white people. The articles also addressed the carelessness towards traditional peoples as well as the need for urgent measures to protect and access healthcare services for these populations.*

**Keywords:** Territories; COVID-19; public domain documents.

<sup>1</sup> Universidade de Pernambuco – UPE, Garanhuns/PE – Brasil. E-mail: [jucatarine@gmail.com](mailto:jucatarine@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Serra Talhada/PE – Brasil. E-mail: [roseaneamorims@gmail.com](mailto:roseaneamorims@gmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo coronavírus visibilizou e potencializou uma realidade enfrentada há anos por diferentes segmentos da população brasileira: as desigualdades sociais de classe, gênero, raça, etnia e território. Uma doença que chegou pelos portões dos aeroportos internacionais das principais cidades do país e alcançou todo o território nacional, e, sobretudo os que já viviam em situação de precariedade têm sido os mais afetados. (COSTA, 2020). Diante desse contexto, no presente estudo buscamos refletir sobre a precarização e as desigualdades nos modos de vida em diferentes territórios no contexto da pandemia da COVID-19. Para isso, fizemos uma busca de matérias no Jornal Folha de São Paulo, consideramos os meses de abril e maio de 2020, através dos descritores: periferia, favela, comunidade, povos tradicionais, especificamente: os/as quilombolas e os/as indígenas, relacionados à COVID-19.

Consideramos território de acordo com a noção proposta por Milton Santos (1978), que corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem, tais como estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. É construído historicamente e a materialidade é definida por objetos que têm uma gênese técnica e social. O espaço contém o território modelado, configurado, é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição. Para refletirmos sobre diferentes territórios, consideramos a relação desse com o espaço, conforme abordamos acima.

No cenário nacional, pensar em território nos remete ao modo como o país foi historicamente construído e às múltiplas formas de desigualdade que nele existem. No Brasil, desde o início do processo de colonização, o território foi alvo de disputas, símbolo de poder e local de conflitos. A população que faz parte do nosso estudo tem como elemento comum a vida em territórios precarizados, segregados e apartados de condições básicas de existência.

Segundo Pasternak e D'Ottaviano (2016), as pessoas pobres brasileiras acessam a moradia a partir de três tipos de edificações: os cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, todas caracterizadas pela autoconstrução. No presente estudo, buscaremos explorar três conceitos no que toca à forma de habitar os territórios urbanos: favelas, periferias e comunidades. Para Pasternak e D'Ottaviano (2016) a história das favelas se confunde com o próprio processo de ordenamento territorial das grandes cidades no final do século passado. Contudo, as favelas já existiam na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, sendo posteriormente encontradas em todas as metrópoles brasileiras.

O termo periferia, por sua vez, refere-se a tudo o que não é centro. Esse ganhou um significado relacionado a precarização, também em decorrência das questões de ordenamento territorial. Para Paim *et al.* (2013), a ideia de periferia pode ser atualizada ao pensarmos nos processos de precarização, a partir da noção de centro estruturado x periférico precarizado. Nesse sentido, podemos encontrar "periferias" nos centros urbanos e "centros" nos territórios geograficamente periféricos.

Para os autores, mencionados acima, o distanciamento do "efeito urbano", permeado pelas ausências e dificuldades, provocou também a configuração de formas diferentes de pensar a vida nas periferias, principalmente a partir da presença dos movimentos sociais nesses espaços,



buscando a valorização de questões culturais e suas potencialidades. Essa organização social pensada a partir da ideia de comunhão, levou à busca pela noção de espaço comunitário da periferia, associada à ideia de pertencimento. Contudo Paim *et al.* (2013), problematizam que nos últimos anos, a mídia vem capturando a estética das periferias como forma de agregar novo público consumidor. Esse processo de midiaticização da cultura periférica, transcende a ideia de pertencimento comunitário, buscando fazer do estilo de habitar as periferias uma prática de consumo cultural. Nesse sentido, Paim *et al.* (2013, p.841) afirma que:

Associar o conceito de comunidade à realidade das periferias, mais do que aproximar, evidencia uma relação de distância entre os termos que, originalmente separados, figuram no discurso midiático em contraditória substituição. Na atualidade o que se percebe é a substituição de um termo pelo outro, tratados midiaticamente como se fossem equivalentes e forçando a ressignificação estereotipada de um pelo outro.

Essa breve discussão sobre os conceitos de favela, periferia e comunidade teve como propósito explicitar a escolha por esses termos como descritores de busca em nossa pesquisa. Pontua-se, no entanto, que além de partilharem sentidos semelhantes - favelas, periferias e comunidades possuem a precariedade estrutural e as vulnerabilidades sociais como elementos comuns. Para Marques (2016) a separação espacial dos locais de moradia de diferentes grupos sociais, a segregação residencial, é uma das questões presentes nas cidades que sinaliza a inexistência de políticas eficazes de regulação da terra urbana, que contribui para o surgimento das moradias em condições precárias.

Conforme sinalizamos anteriormente, as demandas territoriais vão além do que ocorre nos centros urbanos. Assim, pesquisamos também os povos tradicionais, que são considerados grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. (MPMG, 2013). Fazem parte dos povos tradicionais: caboclos, caiçaras, extrativistas, indígenas, jangadeiros, pescadores, quilombolas, ribeirinhos e seringueiros. Aqui iremos focar, conforme mencionamos acima, a discussão sobre os quilombolas e os indígenas.

Os grupos que são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Comunidades quilombolas são também definidas pela afirmação da identidade. O termo é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a uma cultura específica. Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade. (MPMG, 2013).

Os povos nativos, os indígenas, por sua vez, foram expulsos de suas terras, conquistadas em nome do que se chamava de "guerra justa", e foram submetidos a trabalhos braçais forçados, bem como mortos ou aldeados para a produção de mantimentos às missões jesuíticas e para facilitar



sua catequização. As práticas foram e são até hoje de brutalidade e mortandade, e acometem os povos originários das terras que habitamos. Muitas dessas violências só aumentam cada dia mais. (MADRUGA, 2019).

Se no passado a violência contra os povos originários era empreendida em prol da coroa portuguesa, atualmente é cometida em nome do progresso e do desenvolvimento econômico capitalista, a exemplo do desmatamento das áreas indígenas para uso do agronegócio e o enriquecimento de poucos. A pandemia da COVID-19 traz o risco de um novo genocídio, em um cenário já caracterizado por violações sistemáticas de direitos e intensa violência contra os indígenas. (FIOCRUZ, 2020).

Destacamos ainda que o presente estudo utilizou uma metodologia de orientação qualitativa, na área da Psicologia Social, que compreende a linguagem como elemento ativo de invenção do social. (GRACIA, 2005). Payer (2015) chama atenção para o papel da mídia jornalística na produção de sentidos na contemporaneidade, sendo um meio de comunicação de fácil acesso, ela circula facilmente em meios públicos e privados. Essa forma de discurso, segundo a autora, fortemente associada aos valores econômicos de mercado, tem o poder de criar enunciados que influenciam os modos de compreensão do mundo no cotidiano. Para Carvalho e Lima (2020) as mídias possibilitam a materialização de espaços públicos de fala, dando "visibilidade à dinâmica das interações sociodiscursivas, das negociações e dos conflitos cotidianos vividos por atores sociais com seus saberes, fazeres, interesses e intencionalidades diversas." (CARVALHO; LIMA, 2020, p.4). Os autores, alertam ainda que ao passo em que as mídias possibilitam a ampliação de narrativas anteriormente restritas aos contextos locais, a elas é atribuída a propriedade de abrir novas possibilidades de colonização e, por conseguinte, da conservação de modos históricos de dominação.

Todo esse cenário nos chamou atenção para a importância de conhecermos o que é visibilizado pela mídia jornalística sobre os territórios quilombolas e indígenas, as periferias, favelas e comunidades, espaços que há anos sofrem com os efeitos das desigualdades sociais e agora na pandemia não tem sido diferente.

## **2. METODOLOGIA**

O presente estudo está inserido em uma perspectiva qualitativa, na qual realizamos a análise temática (SOUZA, 2019) de documentos de domínio público. (SPINK, 2004). Para isso foram selecionadas matérias da versão online do Jornal Folha de São Paulo, um veículo de comunicação do estado de São Paulo, que possui circulação nacional.

Para Spink (2004) os documentos de domínio público refletem especificamente duas práticas discursivas: "como gênero de circulação, como artefato do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação aquilo que está impresso em suas páginas." (SPINK, 2004, p.126). O autor considera ainda que a utilização desse tipo de registro permite a reflexão sobre a ação social, pois esses textos são produto da interação com um outro, mesmo que não seja diretamente conhecido. Para Bernardes e Menegon (2007) os documentos de domínio público podem ser considerados autores e atores sociais. São práticas discursivas caracterizadas por múltiplas interanimações



dialógicas, sendo importantes para compreendermos, em um dado contexto, como uma situação é gerida, posicionada e direcionada, e quais interesses podem estar envolvidos nessas ações.

Nesse sentido, definimos que a leitura e análise das matérias publicadas no supracitado jornal possam ser utilizadas para construirmos compreensões sobre como a mídia tem produzido a relação entre a pandemia e os territórios marcados pela pobreza e pela precariedade das condições de vida. Para a construção do banco de dados de matérias foram utilizados os seguintes descritores: comunidade e COVID-19; favela e COVID-19; periferia e COVID-19; quilombolas e COVID-19; e indígenas e COVID-19. Selecionamos todas as publicações da versão online do Jornal Folha de São Paulo no período de 01 de abril de 2020 até 31 de maio de 2020. No total identificamos 623 matérias e após leitura e classificação inicial restaram 175 textos. Esses textos foram lidos na íntegra, em seguida excluímos as matérias que mesmo identificadas nas buscas não tratavam diretamente da temática proposta, ou que quando o faziam estavam ligadas a personagens não brasileiros/as, considerando que o veículo de comunicação escolhido costuma publicar algumas matérias de periódicos internacionais.

Decidimos pela utilização da Análise Temática (AT) por ela ser uma metodologia de análise de informações que permite identificar, analisar, interpretar e relatar padrões com o foco na produção qualitativa. (SOUZA, 2019). Realizamos novas leituras do material na busca por compreender as temáticas que emergiram das matérias. Com esse processo foi possível agrupar a discussão em dois grandes blocos: As matérias identificadas a partir dos descritores: comunidade e COVID-19; favela e COVID-19; periferia e COVID-19; e as matérias identificadas a partir dos descritores: quilombolas e COVID-19 e indígenas e COVID-19. Nos tópicos a seguir apresentaremos os resultados e discussões do material produzido.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Conforme sinalizamos na seção metodológica, os resultados apresentados foram classificados em dois blocos de textos, com o objetivo de agrupar as temáticas afins. Com relação ao descritor comunidade e COVID-19, identificamos 275 matérias publicadas. Realizamos a leitura cuidadosa desse material e selecionamos 54 reportagens. Sobre o descritor favela e COVID-19, encontramos 97 reportagens e, realizado o mesmo processo de análise, elencamos 22 documentos. Para o descritor periferia e COVID-19 identificamos inicialmente 77 matérias, com a seleção final de 31 textos. Quando realizamos o processo de análise temática observamos três padrões discursivos nos textos selecionados: O primeiro trata dos discursos que abordam a pandemia da COVID-19 e as desigualdades sociais e econômicas dos territórios; o segundo conjunto de textos agrupa as matérias que têm como temática a forma como o Estado está inserido e atua nesses espaços. Por fim, destacamos os que abordam as múltiplas formas de resistência dessa população no tocante ao enfrentamento da COVID-19.

Localizamos com o descritor quilombolas e COVID-19, 11 matérias referentes aos dois meses investigados, das quais apenas 2 falavam diretamente dos quilombolas. Em relação aos indígenas, identificamos 94 matérias, dessas 34 abordaram a realidade desses povos de modo específico. Ao fazermos uma análise dos textos localizados através dos dois descritores mencionados,



observamos que as principais temáticas abordadas foram: dificuldades de acesso ao sistema de saúde; violência nos territórios a partir das ações do agronegócio, dos madeireiros e do garimpo; acentuação das desigualdades entre homens e mulheres; medidas insuficientes para controlar a pandemia; medidas tomadas pelos próprios povos para se protegerem da COVID-19; o extermínio dos povos tradicionais devido ao agravamento da pandemia e a vulnerabilidade dos mesmos.

### 3.1. A PANDEMIA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO TERRITÓRIO: FAVELAS, COMUNIDADES E PERIFERIAS

Conforme apresentado anteriormente, identificamos 175 matérias que tratam das desigualdades sociais e suas relações com a pandemia da COVID-19 em territórios sociais e economicamente vulneráveis. Ao pensar nas questões que vulnerabilizam os territórios afetados, concordamos com Martins (2002), quando ele afirma que ao refletirmos sobre a pobreza devemos ir além da questão da distribuição de renda, não podemos descuidar também das reflexões sobre equidade na distribuição dos benefícios sociais, culturais e políticos. Aqui buscaremos problematizar os elementos sociais em interação com os econômicos.

Consideramos esses elementos e identificamos um primeiro grupo de matérias que tratam de expor os possíveis perigos advindos da proliferação do vírus nas periferias, comunidades e favelas. Esse conjunto de textos, quatro em seu total, abordam o tema como uma espécie de profecia autorrealizável, ou seja, seria apenas uma questão de tempo para que a COVID-19 assolasse os territórios marcados pela pobreza. Essas matérias descrevem as inúmeras vulnerabilidades que facilitam a circulação do vírus e dificultam as medidas de cuidado. Como exemplo, temos o texto a seguir:

Mas, naturalmente, temos outro desafio. O Brasil é um país pobre. Temos 40 milhões de pessoas informais e autônomas. Por mais que o governo ofereça vouchers e adote outras medidas, é difícil. Muita gente não tem nem conta em banco. É uma batalha dentro de uma guerra. Em algum momento, teremos a discussão de como sair dessa. Mas não sei se já está na hora. Eu não sou médico. (SALOMÃO, 2020).

O supracitado recorte faz parte de um conjunto de documentos que chama nossa atenção pelos inúmeros alertas que são lançados sobre essa população, historicamente vista como grupo de risco (SILVA, 2017) pelos quais pouco ou nada se faz. Territórios, que segundo Maia (2016), não usufruem dos direitos de infraestrutura mais comuns nas grandes cidades brasileiras e que há muito tempo sofrem com a precariedade da vida em aglomerações em que falta o mínimo para viver.

Nesse sentido, observamos que um dos efeitos que já podem ser inferidos da maior pandemia dos últimos tempos é que essa deu visibilidade às inúmeras vulnerabilidades às quais estão cotidianamente expostas a maior parte das pessoas pobres da população brasileira. Especificamente sobre essa questão, identificamos 33 matérias que abordam o tema. Como exemplo podemos citar um trecho da matéria intitulada: "Temos de agir desde já para que todos consigam tratamento contra o coronavírus":





## Edição Especial COVID-19

Populações marginalizadas estão expostas à pandemia sem poderem dela se proteger. O isolamento é impossível para aqueles que, para sobreviver, têm de sair à rua. As precárias condições de vida, incluindo a falta de acesso à água e ao saneamento básico, a fragilidade dos sistemas de saúde e a carência de equipamentos básicos são fatores que, apesar da mobilização dos governos, trarão dificuldades adicionais no enfrentamento da pandemia. Isso sem mencionar o fato de que, nessas circunstâncias, pessoas morrerão de outras doenças mais difíceis de combater nestes tempos de crise. (TOURAINÉ; SILVA, 2020).

Conforme sinalizam Portela, Pereira e Araújo (2018) os movimentos sociais urbanos têm no saneamento uma pauta antiga de reivindicações no que compete aos direitos básicos para uma vida digna nas cidades. A luta por saneamento está relacionada com a proliferação e o combate a uma série de enfermidades, e não poderia ser diferente com a COVID-19, doença que tem como uma das medidas mais populares de prevenção a lavagem de mãos e higienização de objetos e ambientes. Nesse sentido, é importante refletirmos que as problemáticas aqui levantadas não são fenômenos gerados pela COVID-19, mas situações com as quais os/as moradores/as das periferias brasileiras precisam lidar cotidianamente.

Ao atingir as favelas, comunidades pobres e periferias, a pandemia vulnerabilizou ainda mais esses territórios. Apenas no período de dois meses que compreendem as reportagens selecionadas para o presente estudo, 17 matérias problematizam a questão, conforme é possível observar no trecho apresentado a seguir:

Sem trabalhar há mais de um mês, o pedreiro Luciano Teixeira da Silva, 40 anos, entrou na fila às 21h30 de segunda-feira (4) em São Mateus (zona leste). "Eu já tinha vindo às 4h da manhã na segunda-feira (4), mas a fila já estava enorme. Então, decidi voltar à noite e ser um dos primeiros hoje." (...) A geladeira vazia explica a urgência do pedreiro, que tem recebido doações de parentes e desconhecidos para sobreviver durante a quarentena. "Recebi cesta básica e até gás", diz Silva. (VALINHOS, 2020).

Conforme sinalizam estudos preliminares (KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2020) a pandemia iniciada em 2020 afetou de modo contundente a população do planeta, atingiu a economia de países pobres e ricos, levou à falência grandes empresas e à miséria aqueles/as que já viviam em situações de pobreza. A impossibilidade ou mesmo a dificuldade de circulação social que surge da atual situação levou as populações periféricas ao agravamento de suas vulnerabilidades, à perda de emprego e fontes de renda ou mesmo à necessidade de continuar se expondo às possibilidades de contágio para não perder seu sustento.

A questão específica da não obediência à recomendação de isolamento físico/social pode ser levada por inúmeros caminhos. A recomendação de isolamento domiciliar está estritamente relacionada com as possibilidades de prover os itens básicos de sobrevivência. Em contrapartida, por mais que acessassem informações sobre as medidas de isolamento como prevenção, muitas pessoas não tiveram e não têm condições de manterem-se em casa, conforme reportagem de Ana Bottallo (2020): "Nos jovens, no entanto, o contágio está mais ligado à condição social. O aumento no número total de testados está associado à necessidade de sair para trabalhar, uma vez que esse grupo se expõe mais ao risco".



As possibilidades de se proteger do contágio estão estritamente relacionadas aos recursos de subsistência das pessoas. Nos territórios vulneráveis, muitas famílias precisam escolher entre passar privações alimentares ou expor-se ao vírus em busca de recursos mínimos. Nesses casos, a infecção pelo vírus é apenas um dos riscos gerenciados pelas pessoas pobres. Spink (2014) afirma que as pessoas em seu cotidiano tendem a valorizar determinados fatores de risco em detrimento de outros. Ou seja, diante da possibilidade de contágio por coronavírus, e o risco imediato de passar fome ou ver dependentes passarem por graves privações, muitas pessoas decidem por quebrar o isolamento e buscar recursos para a subsistência.

A situação supracitada está estreitamente relacionada com outro tipo de ocorrência identificada durante as análises dos textos selecionados. Algumas matérias descrevem a pandemia como uma doença vinda dos bairros ricos e que chega aos bairros pobres pelo fato de as pessoas que residem nesses últimos precisarem continuar trabalhando nos primeiros.

Com 20 dias desde o primeiro óbito, termos 32% das mortes entre pessoas negras indica que o isolamento social não retardou a chegada do coronavírus nas periferias como esperávamos. A epidemia começou com uma elite, majoritariamente branca, mas que tem sua cozinheira, sua faxineira, seus cuidadores, majoritariamente negros. (MENA, 2020).

Muitos/as dos/as moradores/as dos territórios sociais e economicamente vulneráveis trabalham nos bairros ricos, locais pelos quais a COVID-19 chegou ao país. Essas pessoas, conforme aponta o trecho de reportagem anteriormente citado, trabalham como empregadas domésticas, motoristas, cozinheiras e cuidadoras em casas de pessoas abastadas que não garantiram a quarentena remunerada aos seus/as funcionários/as e os/as expuseram a morte iminente e a contaminação de seus/as familiares. Quatro matérias do Jornal Folha de São Paulo propuseram-se a descrever o fluxo do contágio que veio dos territórios ricos para os pobres.

Cavalcanti, Lyra e Avelino (2008) apontam que a relação de sobrevivência por meio de trabalhos precários entre os/as moradores/as das comunidades periféricas e os/as residentes nos endereços nobres das grandes cidades faz parte da história do controverso processo de urbanização brasileira. Nesse sentido, a pandemia que iniciou em 2020 escreve mais uma grotesca página no livro da história das cidades: um vírus, surgido no outro extremo do globo, chegou aos territórios vulneráveis por intermédio de relações de trabalho marcadas pela precariedade e exploração.

Em relação à discussão sobre território e Estado, vários teóricos se propuseram a pensar como os gestores de um país têm no território um dispositivo para controle da população. (VALÊNCIO, 2014; FOUCAULT, 2008). Do conjunto de matérias identificadas, um grupo de 30 chamou nossa atenção por tratar das múltiplas formas de inserção do Estado nos territórios pesquisados. As matérias identificadas sobre o Estado o representam de distintas formas. Algumas o descrevem no processo de combater os impactos da pandemia, conforme é possível observar na matéria intitulada "Recordista de mortes por Covid em SP, Brasilândia ganha limpeza das ruas", da qual destacamos um trecho a seguir: "A ação realizada pela subprefeitura (Freguesia do Ó\Brasilândia) foi boa para a comunidade, mas precisa ser intensificada. A pulverização deve ser feita com prioridade nos escadões e vielas entre as favelas", afirma o líder comunitário Henrique Deloste, 55 anos. (RIBEIRO, 2020).





Observamos que os cuidados até então promovidos sempre eram representados como insuficientes para conter as reais proporções com que a doença tem avançado nas comunidades pobres. O Estado apresenta-se como insuficiente para 22 das 107 matérias selecionadas. A pandemia escancara ainda mais os abismos sociais e a necessidade de políticas públicas adequadas para as populações mais empobrecidas. Apesar disso, há os que pedem a volta da normalidade, com o retorno das atividades presenciais como funcionavam anteriormente. Porém precisamos questionar o que havia antes e mesmo se esse retorno é possível. (RIBEIRO, 2020).

É impossível não pontuarmos que os temas da presente seção se entrelaçam para compor uma narrativa de cuidados insuficientes para com os mais vulneráveis. As supracitadas reportagens apontam as lacunas, as faltas, que mesmo sendo visibilizadas, não têm sido resolvidas de forma a solucionar as necessidades. Aqui também identificamos uma série de matérias que falam de uma questão que é problematizada em todo o país, mas marcadamente presente nas comunidades pobres - as dificuldades com a notificação de contaminados e mortos pela COVID-19. O Jornalista Jorge Abrahão (2020), na reportagem intitulada: "No Brasil, o endereço residencial define os impactos do coronavírus", aborda que além das questões territoriais definirem o tipo de consequência que a COVID-19 terá sobre cada pessoa, temos ainda as notificações inadequadas como fator que invisibiliza essas desigualdades. Vivemos em um momento histórico em que grande parcela da população tem dificuldade para contar seus mortos. As matérias até então localizadas afirmam as dificuldades para testar, comunicar, e cuidar nos territórios social e economicamente vulneráveis.

Temos um conjunto menor de reportagens, oito em seu total, que sinalizam acontecimentos que dificultam as estratégias de cuidado desenvolvidas e recebidas pela população. Destacamos aqui um recorte da matéria intitulada: "Operação da PM em favela do Rio interrompe doação e deixa um jovem morto": "Um forte tiroteio teve início e a equipe teve que se abrigar na casa dos moradores. Quando o confronto cessou e os ativistas puderam deixar as casas, viram que um jovem havia sido baleado." (ALBUQUERQUE, 2020).

O trecho selecionado descreve uma ação da sociedade civil para ajudar a população em vulnerabilidade social que foi interrompida, conforme pode ser visto no relato acima. O confronto entre a polícia e alguns moradores resultou na morte de um jovem. Esse acontecimento nos remeteu ao conceito foucaultiano de Racismo de Estado, que é apontado como um mecanismo que busca exercer a função da morte em um sistema centrado no biopoder. O Racismo de Estado possui algumas funções específicas, entre as quais destacamos: (a) promover o corte entre o que deve viver e o que deve morrer; e, (b) produzir uma relação positiva, estabelecer entre a vida de uma pessoa e a morte da outra uma relação que não é militar, mas uma relação de caráter biológico. (FOUCAULT, 2010). O Racismo de Estado fala muito mais de uma morte simbólica, da ausência de cuidado, de deixar ao abandono. Contudo, temos observado que a situação atual parece ir além da questão foucaultiana, pois tem ocorrido também a morte direta, a aniquilação do outro, da população periférica. Bento (2018) fala sobre necropoder – política de morte (conceito criado por Mbembe) para fazer referência a um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira



deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e em detrimentos de outros que devem viver.

Destacamos ainda um grupo de matérias, 32 em seu total, que tratam da potência que emerge desses territórios que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social. Buscaremos aqui discutir e visibilizar as inúmeras iniciativas paralelas ao Estado no tocante ao combate à pandemia de 2020. Não queremos com a reflexão proposta romantizar a situação de exclusão e precariedade na qual vivem as pessoas retratadas nas matérias selecionadas. Contudo, é preciso dar visibilidade às inúmeras estratégias de enfrentamento realizadas no contexto das periferias, comunidades e favelas brasileiras.

Foucault (2013) considera que as práticas de resistência não são exteriores às relações de poder, mas perpassam-nas, sendo elementos que proporcionam multiplicidade a essas relações. O poder só pode existir, enquanto tal, a partir de uma diversidade de pontos de resistência que permitem sua mobilidade e sua perspectiva relacional. Nesse sentido, do mesmo modo que o poder atravessa diversas camadas do tecido social, os pontos de resistência também o fazem, e perpassam aparelhos e instituições. Ao se analisar os discursos sobre um determinado dispositivo, na busca por compreender as relações de poder que ali se estabelecem, é fundamental que se observem também os pontos de resistência.

As resistências atuam como irregularidades que se distribuem ao longo das relações de poder. Essas podem produzir rupturas e desestabilizar os sistemas, sendo, contudo, transitórias e, em muitos casos, precárias. (ALVIM, 2012). A seguir, abordaremos algumas reportagens que apontam para a questão em debate: "Tudo está sendo bancado com o dinheiro de doações", diz o presidente da associação Gilson Rodrigues. "(...) resolvemos formar os moradores para prestar o primeiro auxílio aos doentes, para estar na linha de frente", afirma (SANT'ANNA, 2020).

A casa de acolhimento é uma das ações em Paraisópolis para enfrentar a pandemia da Covid-19. Outras iniciativas já estão atendendo a comunidade. Também com recursos de doações, a associação de moradores contratou uma equipe com médicos, enfermeiros e quatro ambulâncias, uma delas com UTI móvel, que desde meados de março presta atendimento 24 horas na região. Já foram mais de 120 atendimentos a moradores com suspeita de coronavírus. (MINUANO, 2020).

Aqui temos dois exemplos de estratégias de cuidados essenciais realizados pela comunidade. A atenção em saúde, direito universal assegurado pela constituição de 1988, foi providenciada também pelos próprios/as comunitários/as que, em territórios precários, buscam formas de enfrentamento para a maior pandemia das últimas décadas. O auxílio também vem de fora, coletiva e individualmente. Pessoas e empresas sensibilizaram-se com a situação dos mais pobres e também constroem estratégias de cuidado, conforme é possível observar nos recortes de matéria destacados abaixo:

Foi nesse contexto caótico que as organizações da sociedade civil (OSCs), comumente conhecidas por ONGs, assumiram a liderança e começaram a criar caminhos para evitar um desastre ainda pior. (...) Em poucos dias surgiram fundos para a saúde, iniciativas de apoio à população vulnerável, articulação de linhas de



## Edição Especial COVID-19

crédito. Diversas organizações se mobilizaram, aproveitando suas capacidades específicas, para garantir, rapidamente, melhores condições para o enfrentamento da crise para os mais necessitados. (FABIANI; WOODS, 2020).

O modelo econômico neoliberal tem promovido há anos o desinvestimento do setor público nas demandas sociais, como exemplo, temos a Proposta de Emenda Constitucional nº 55 de 2016, que resultou na Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 (BRASIL, 2016) e congelou por 20 anos o teto de gastos públicos com serviços essenciais como saúde, assistência social e educação. Futuramente poderemos observar os impactos negativos de tal medida para a gestão do sistema de saúde durante a pandemia. A Espanha, por exemplo, precisou estatizar hospitais privados como estratégias de gerenciamento na crise atual (COLLUCCI, 2020), mostrando a importância de um sistema público de cuidados em saúde.

Bianca Santana (2020) em entrevista para o Jornal Folha de São Paulo, afirmou: "A pandemia escancara as desigualdades de raça, de gênero, de território. E, num país desigual como o Brasil, deixa clara a diferença no acesso a direitos, que são pactuados para todos, mas que nem todo mundo acessa". A população negra, majoritária em favelas, periferias e comunidades, vem sofrendo há anos as desigualdades sociais advindas de um sistema social que colocou os/as negros/as sempre ocupando posições inferiores na sociedade. Esses/as têm sofrido os mais diferentes tipos de opressões, de negação de seus direitos básicos e impedidos de terem uma vida digna. Com a pandemia a situação da população negra tem se agravado devido a diversos fatores: a exposição ao risco de contaminação; a falta de materiais básicos de higiene para se protegerem; a impossibilidade de ficarem em casa em distanciamento social; a violência; a morte, sobretudo de homens jovens negros.

Julia Barbon (2020) escreveu uma reivindicação que já vinha acontecendo pelo movimento negro e outras instâncias preocupadas com a causa negra: "Dois meses se passaram desde que o governo de São Paulo anunciou a primeira morte confirmada pelo novo coronavírus. Até agora, porém, quase um terço desses mortos não tem cor nas estatísticas nacionais". Essa foi uma questão no início da pandemia que deixou a população negra mais uma vez alijada de seus direitos. Sem essa classificação, como a população pode reivindicar seus direitos, o acesso à saúde, aos direitos trabalhistas, entre outros?

É ressaltado por Ângela Alonso (2020) que "a pandemia acelerou o alijamento e produziu a ilusão da morte democrática, ao apartar doentes e corpos contaminados, tanto de ricos como de pobres, mas o noticiário todo dia escancara que há tantos jeitos de morrer quanto de viver". Em consonância com a jornalista, observamos que os/as negros/as enfrentam diariamente a insegurança de uma maior exposição à morte, à injustiça social e às dificuldades de acesso aos serviços de saúde. (CFP, 2017).

Como os/as negros/as são e serão atendidos em um sistema no qual mais do que nunca terão que disputar com os/as brancos/as uma vaga para o atendimento? Sobre essa questão, foi escrita uma matéria por Marilene Felinto (2020), em que foi ressaltado: "(...) a escolha entre um negro e um branco por uma vaga no respirador, num hospital qualquer do país (ou do mundo), será pelo branco". Vale ressaltar que embora existam muitos profissionais que contribuem a reprodução de



práticas racistas nos serviços de saúde, não são todos/as que agem assim. Sobre a questão do tratamento das pessoas negras nas instituições, Silvio Almeida (2019) nos leva a pensar que:

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. (...) se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras e privilegiem determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido. (p.47).

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, às instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial reproduzirão práticas racistas já naturalizadas na sociedade. (ALMEIDA, 2019). Sobre essa questão Samuel Emílio (2020) escreveu: "Em um país tão desigual, políticas públicas genéricas servem à discriminação. Ao não propor iniciativas voltadas aos pretos e pardos".

O caos produzido pela Covid-19 escancarou e iluminou as profundas desigualdades que estruturam a vida da maioria dos brasileiros e de como o esforço para ficar em casa divide de maneira desigual o sofrimento e a privação. Principalmente a parte mais vulnerável e necessitada dos brasileiros, que ficará sem emprego [muitos já estão], salário e condições de garantir a sobrevivência de suas famílias. Apontou ainda, com mais ênfase e efetividade, a forma como deverá aprofundar as distâncias sociais e sacramentar as injustiças entre grupos de brasileiros. (VICENTE, 2020).

Outra questão que tem se acentuado com a pandemia é o número de estudantes sem acesso à internet, o que representa apenas uma das diversas barreiras enfrentadas por esses/as no atual cenário. É possível constatar que negros/as encontram-se na base da pirâmide educacional, ou seja, são a maioria dos que não tem instrução e que não conseguem completar sequer o ensino fundamental. Os indicadores evidenciam um fosso de desigualdade entre a população de acordo com a cor da pele. Em pouco mais de trinta anos de democracia no Brasil, cujo projeto político pautou-se no modelo de bem estar social, as políticas públicas realizadas ainda não foram suficientes para reduzir de modo significativo as assimetrias sociais entre negros/as e brancos/as. (COSTA, 2020). E com a dificuldade que muitos desses/as estudantes estão enfrentando, é provável que haja também um aumento da evasão e desistência escolar, pois sem ter o mínimo para uma vida digna, como estudar? Como passar horas em frente a um computador, assistindo vídeo aulas? Interagindo com professores/as? Fazendo leituras de livros? Essa não é a realidade possível para muitos/as estudantes negros/as.

O racismo se insere nas relações como componente desqualificante. Ele contamina tanto o convívio social, quanto à disposição institucional, seja pública, seja privada, em desfavor da população negra. O reconhecimento de sua existência e alto potencial de dano precisa ser assumido pela sociedade e instituições do país para diminuir as situações de desvantagens sofridas pela população negra. (COSTA, 2020). Silvio Almeida (2019, p.52-53) lembra-nos que, "o racismo é um processo político, porque como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político, caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros". Reproduzir as práticas racistas discriminatórias e opressivas



é de interesse de uma minoria social, cuja preocupação é com o capital, para alguns e algumas pouco importa quem está sofrendo, morrendo, sendo contaminado durante a pandemia. O que importa é a economia que não pode parar, que tem que gerar lucros e riquezas, para uma minoria da classe social alta e branca.

### 3.2. AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS ENTRE OS POVOS TRADICIONAIS

As matérias localizadas sobre as comunidades quilombolas e as indígenas retrataram a triste realidade que muitas vivem há anos e o agravamento das desigualdades sociais, o que têm as deixado em uma situação de vulnerabilidade tanto no que se referem à pandemia da COVID-19 quanto a outras doenças, desemprego, situações insalubres de habitação, violência e ameaças nos territórios, entre outras consequências. Uma das dificuldades relatadas em muitas das matérias encontradas é que as comunidades tradicionais geralmente estão em regiões isoladas que dificultam o acesso aos serviços de saúde. Quando dispõe desses, são precários: não têm estrutura, materiais, profissionais de saúde, medicação suficientes para atender a população, o que faz com que essas precisem se deslocar para as áreas urbanas, mesmo com a dificuldade de transporte. Quando chegam às cidades encontram outras dificuldades: conseguir um atendimento, pois a pandemia fez com que os serviços de saúde entrassem em colapso em muitas localidades, a exemplo do que aconteceu em Manaus-AM.

A conjugação de classe, território, raça, etnia e gênero gera hierarquias e assimetrias marcantes na distribuição dos níveis de saúde entre as populações. A desigualdade é maior nas áreas menos desenvolvidas, pois a maior intensidade do estado de saúde negativo nesses territórios se combina à maior densidade das categorias mais vulneráveis, mencionadas acima, para impor um enorme fardo populacional de saúde. (SANTOS, 2020).

Em uma matéria de autoria de Cida Bento (2020a), é abordado que as comunidades quilombolas “assim como as indígenas, estão muitas vezes mais isoladas, vivenciando invasões em seus territórios ou pressão para deslocamento forçado, como a comunidade de Alcântara, no Maranhão”. A violência nos territórios é ainda mais grave em um momento de pandemia, onde a recomendação é o distanciamento social e a permanência em casa. Essas comunidades se vêem em uma situação em que “estrangeiros” (garimpeiros, madeireiros e outros) invadem seus territórios, realizam o desmatamento, levam doenças da cidade, e correm o risco de ficarem sem suas casas. A preocupação é com o lucro vindo do agronegócio, da mineração, entre outros setores, como se as vidas desses povos não importassem. Erisvan Guajajara e Renata Tupinambá (2020) escreveram para o Jornal Folha de São Paulo: “O risco de contágio nessas comunidades isoladas é decorrente do aumento de madeireiros, grileiros, caçadores e garimpeiros que se multiplicaram nas terras indígenas e trazem o perigo do vírus até nossos familiares”.

Em outra matéria, Cida Bento (2020b) ressalta que “a negação das desigualdades ou a improvisação no tratamento dessas comunidades só atrasa e fragiliza o enfrentamento da pandemia”. O que tem acontecido nesses territórios é a improvisação nos atendimentos de saúde em um momento que é urgente que se conheça a real situação desses povos: como a COVID-19 tem atingido crianças, adultos e idosos, homens e mulheres. Essas informações podem auxiliar a tomada de decisões em prol da vida dessas populações, pois o número de pessoas contaminadas



e mortes nesses lugares só aumenta, e existe o temor do extermínio dos povos tradicionais. Sobre essa situação, Sebastião Salgado, conhecido fotógrafo e ativista, disse na matéria escrita por Giovanna Reis (2020) para o Jornal Folha de São Paulo: “Esses povos [indígenas] são parte da extraordinária história de nossa espécie. Seu desaparecimento seria uma grande tragédia para o Brasil e uma imensa perda para a humanidade”.

Muitos ativistas e ambientalistas têm feito campanhas com o fim de tornar visíveis as realidades dos povos tradicionais, no entanto o que tem sido visto é a aceleração do desmatamento florestal, situações potencializadas por sucessivos ataques às políticas de proteção ao meio ambiente, que têm relação direta com as condições precárias de vida e de saúde e aumenta a vulnerabilidade à COVID-19.

Com o aumento da precarização da vida nas comunidades tradicionais, aumentaram também as desigualdades entre homens e mulheres, mulheres-mulheres. Sem escolas, sem creches, sem poder contar com a ajuda das idosas no cuidado com os/as filhos/as, muitas têm se visto sozinhas, sem poder sair para trabalhar e sem renda. “As mulheres perderam um elo fundamental para a sobrevivência: a conexão com outras mulheres para tomar conta das crianças. As avós têm um papel fundamental para as trabalhadoras mais precarizadas e, com essa pandemia, houve a segmentação dos mais velhos.” (PASSOS, 2020). Isso também porque com a precarização da assistência à saúde, algumas comunidades têm se organizado e pensado em medidas para se protegerem, a exemplo do isolamento de idosos/as, e barreiras na entrada das localidades para que ninguém de fora entre.

Em duas semanas, o líder kokama Edney Samias “perdeu oito parentes para a COVID-19, incluindo o pai e o avô, todos atendidos no hospital do Exército de Tabatinga, o único da cidade.” (MAISONNAVE, 2020). Preocupados com a assistência médica, os indígenas têm orientado também a comunidade a se tratarem usando a medicina tradicional, pois alguns não confiam na forma que recebem tratamentos realizados pelos brancos, haja vista o descaso de alguns/mas profissionais e a falta de cuidados com a população.

Os povos tradicionais têm reclamado do descaso com a população mesmo quando esses conseguem chegar a um hospital, o que nos diz sobre o racismo institucional em relação a esses povos, que não têm suas vidas consideradas importantes no mesmo nível de igualdade que a vida dos/as brancos/as. São tratados de qualquer forma e deixados à própria sorte, pouco importa se estes estão morrendo, vale ressaltar que, em meio a situações difíceis de trabalho, há muitos profissionais engajados em fornecer atendimento digno a essas populações. Em relação ao racismo institucional, o Conselho Federal de Psicologia destaca que: este diz respeito às prioridades e escolhas de gestão que privilegiam ou negligenciam determinados aspectos, e infligem condições desfavoráveis de vida à população negra e indígena e/ou corrobora com o imaginário social acerca da inferioridade dessa população, e, na contramão, atua como principal alavanca social para os/as brancos/as. (CFP, 2017, p. 48).

Os elementos anteriormente mencionados podem ser observados desde o início do processo de colonização brasileira e agora tem se acentuado. O descaso com os povos indígenas e com os quilombolas faz com que morram sem saber como buscar ajuda. As situações estão cada vez mais alarmantes e exigem uma mudança urgente. O racismo institucional dificulta a assistência igualitária





aos diferentes grupos sociais. A realidade dos lugares invisibilizados indica a necessidade de uma nova leitura de mundo e a compreensão dos dilemas que estão por vir. A disseminação do vírus nas comunidades tradicionais exige outras/novas formas de intervenção que priorizem o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade sem ou com pouco acesso a informações e ao usufruto de políticas inclusivas. (SAID; SILVA, 2020).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como proposta compreender como as matérias jornalísticas referentes aos meses de abril e maio de 2020, início da pandemia no Brasil, abordaram a temática da COVID-19 e suas múltiplas relações com as pessoas e territórios social e economicamente vulneráveis. Ao pensarmos sobre essa temática e suas múltiplas relações com as comunidades, favelas e periferias observamos que os discursos produzidos sobre esses locais percorrem diversos caminhos. Identificamos que os referidos espaços são recorrentemente nomeados como potencialmente mais vulneráveis aos efeitos sociais, econômicos e políticos que surgem com a pandemia. Em contrapartida a essa constatação, observa-se que ao passo que a COVID-19 vulnerabilizou ainda mais os territórios pesquisados, muitas problemáticas antigas foram visibilizadas pela atual situação, o déficit de saneamento básico, a escassez de água e material para higiene adequados são situações que marcam o cotidiano dos locais em estudo.

Os textos abordam ainda como o Estado atua nessas localidades. Identificamos tematizações que passam pela precarização da assistência ofertada e pela fragilidade de cuidados básicos no auxílio a essas populações. Foi possível analisar também que os povos tradicionais têm enfrentado uma série de consequências devido à pandemia da COVID-19. Uma das dificuldades relatadas em muitas das matérias analisadas é sobre a localização geográfica das comunidades tradicionais, que geralmente estão em regiões isoladas, o que dificulta o acesso aos serviços de saúde, e quando dispõe desses, são precários. Com isso, o número de mortos entre os quilombolas e os indígenas têm aumentado todos os dias, e esses têm reivindicado medidas urgentes, pois muitas dessas populações correm o risco de serem exterminadas, e com elas a história dos povos brasileiros.

A situação dos povos em vulnerabilidade social inspira cuidados. Algumas personalidades públicas têm alertado para as dificuldades que esses enfrentam, em nível nacional e internacional, mas poucas medidas concretas foram realizadas e os números das mortes só aumentam. Diante do cenário apresentado, situações positivas também se destacam como as iniciativas populares no combate a pandemia da COVID-19 nos territórios, visibilizando a força e a potência desses espaços. E o trabalho de profissionais de saúde e cientistas de diversas áreas no enfrentamento da atual situação.

#### 5. REFERÊNCIAS DAS MATÉRIAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

ABRAHÃO, J. No Brasil, o endereço residencial define os impactos do coronavírus. **Jornal Folha de São Paulo**. Colunistas. São Paulo, 29 de abril, 2020.



ALBUQUERQUE, A. A. 2020. Operação da PM em favela do Rio interrompe doação e deixa um jovem morto. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 20 de maio, 2020.

ALONSO, Â. Contra negros e pobres, Bolsonaro prefere imunização darwinista. **Jornal Folha de São Paulo**. Coluna. São Paulo, 16 de maio, 2020.

BARBON, J. Após 2 meses, Brasil não sabe a cor de 29% dos mortos pela Covid-19. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 17 de maio, 2020.

BENTO, C. Informação raça/cor e covid-19. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 16 de abril, 2020a.

BENTO, C. Covid -19 nos cadastros de saúde. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 30 de abril, 2020b.

BOTALLO, A. Casos de Covid em crianças até 9 anos cresceram 50 vezes em SP no último mês. **Jornal Folha de São Paulo**. Equilíbrio e Saúde. São Paulo, 26 de maio, 2020.

COLLUCCI, C. Pesquisadores defendem fila única de leitos públicos e privados contra coronavírus. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 29 de abril, 2020.

EMÍLIO, S. Cara gente preta, o coronavírus vai matar vocês. **Jornal Folha de São Paulo**. Opinião. São Paulo, 13 de maio, 2020.

FABIANI, P.; WOODS, M. A hora e a vez da sociedade civil. **Jornal Folha de São Paulo**. Empreendedor Social. São Paulo, 27 de maio, 2020.

FELINTO, M. Hospital de luxo é um sonho de consumo diante do colapso da rede pública nacional. **Jornal Folha de São Paulo**. Ilustrada. São Paulo, 23 de maio, 2020.

GUAJAJARA, E.; TUPINAMBÁ, R. Nosso amanhã não está à venda. **Jornal Folha de São Paulo**. Coluna. São Paulo, 23 de maio, 2020.

MAISONNAVE, F. Sem esperar governo, indígenas fecham estradas e expulsam garimpeiros contra coronavírus. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 03 de abril, 2020.

MENA, F. Bolsonaro é a maior ameaça ao combate à Covid-19 no Brasil, diz revista inglesa Lancet. **Jornal Folha de São Paulo**. Equilíbrio e Saúde. São Paulo, 7 de maio, 2020.

MINUANO, C. Paraisópolis terá área para isolar moradores com sintomas leves de coronavírus. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 14 de abril, 2020.

PASSOS, Ú. Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Debora Diniz. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 06 de abril, 2020.

REIS, G. Sebastião Salgado e ONGs lançam iniciativas para proteger indígenas na pandemia. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 12 de maio, 2020.

RIBEIRO, D. 'Somos piores do que a Covid-19', escreve o pensador Ailton Krenak. **Jornal Folha de São Paulo**. Colunas e Blogs. São Paulo, 24 de abril, 2020.



RIBEIRO, T. Recordista de mortes por Covid em SP, Brasilândia ganha limpeza das ruas. **Jornal Folha de São Paulo**. Agora. São Paulo, 18 de maio, 2020.

SALOMÃO, A. Sem intervenção do governo, economia não volta como poderia, diz fundador da XP. **Jornal Folha de São Paulo**. Mercado. São Paulo, 15 de abril, 2020.

SANTANA, B. Desigualdade na pandemia é tema da live da Folha nesta quarta feira. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 20 de maio, 2020.

SANT'ANNA, E. Contra coronavírus, 240 socorristas começam a atuar em Paraisópolis nesta quarta. **Jornal Folha de São Paulo**. Equilíbrio e Saúde. São Paulo, 05 de maio, 2020.

TOURAINÉ, M.; SILVA, J. A. C. Temos de agir desde já para que todos consigam tratamento contra o coronavírus. **Jornal Folha de São Paulo**. Opinião. São Paulo, 10 de abril, de 2020.

VALINHOS, H. Fila do auxílio emergencial da Caixa vira madrugada com idosos, doentes e relatos de fome. **Jornal Folha de São Paulo**. Grana. São Paulo, 05 de maio, 2020.

VICENTE, J. Os negros e a pandemia. **Jornal Folha de São Paulo**. Mundo. São Paulo, 13 de maio, 2020.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. Coleção Feminismos Plurais. 2019.

ALVIM, D. M. Foucault e o primado das resistências. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v.20, p.22-30, 2012.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n.53, 2018.

BERNARDES, J. S.; MENEGON, V. S. M. Documentos de domínio público como produtos e autores sociais. **Psico**, v.38, n.1, p.11-15, 2007.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 15 dez. 2016.

CAVALCANTI, H.; LYRA, M. R. B.; AVELINO, E. (Org.). **Mosaico urbano do Recife: exclusão/inclusão socioambiental**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

CARVALHO, P. R.; LIMA, A. B. Produção de sentidos e posicionamento político na mídia impressa brasileira. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.32, e172531, p.1-17, 2020.

CFP. **Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2017.



COSTA, C. L. J. Pandemia do coronavírus e o seu im-pacto na população negra. In: BRANDÃO, A.; BRANDÃO, C. B.; SANTOS, R. D. dos. **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p.279-287.

FIOCRUZ. Vulnerabilidades, impactos e o enfrentamento ao Covid-19 no contexto dos povos indígenas: reflexões para a ação, 2020, Rio de Janeiro. **Relatório síntese do seminário...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-Covid-19>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FOUCAULT, M. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p.273-295.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRACIA, T. I. O "giro Lingüístico". In: IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.19-49.

KOMATSU, B. K; MENEZES-FILHO, N. Simulações de impactos da Covid-19 e da renda básica emergencial sobre o desemprego, renda, pobreza e desigualdade. **Policy Paper**, v.43, abr. 2020.

MADRUGA, L. A. Os povos indígenas e o Estado brasileiro: reflexões sobre o conceito de desenvolvimento e as propostas do bem viver. **DIÁLOGO**, Canoas, n.41, p.25-38, ago. 2019.

MAIA, K. Vamos falar sobre desigualdade? In: OXFAN BRASIL. **Cada vez mais desiguais?** São Paulo: Centro de estudos da metrópole/Lemonde Diplomatie Brasil, 2016. p.2-3.

MARQUES, E. Desigualdades Urbanas. In: OXFAN BRASIL. **Cada vez mais desiguais?** São Paulo: Centro de estudos da metrópole/Lemonde Diplomatie Brasil, 2016. p.6-7.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MPMG. **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Ministério Público de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/DireitodospovosedascomunidadesradicionaisnoBrasil.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

PAIM, D. C. MACHADO, R. O.; SCARPARO, H. B. K.; PIZINATO, A. Luzes, câmera... Ação! No ar, a transformação midiática do conceito de periferia no conceito de comunidade. **Estudo de Psicologia**, v.13, n.3, p.835-854, 2013.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.18, n.35, p.75-99, 2016.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea - sujeito, mídia, mercado. **RUA**, v.11, n.1, p.9-25, 2015.



PORTELA, S. R.; PEREIRA, S. S. ARAÚJO, I. S. Lutas sociais e produção do espaço urbano na cidade de Belém. **Emancipação**, v.18, n.2, p.281-300, 2018.

SANTOS, S. O. da S. Identidade territorial nas comunidades quilombolas: reflexões no curso de letras. **Revista Encantar**, v.1, n.2, p.209-215, 19 jun. 2020.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978. p.288.

SAID, A. M. & SILVA, J. C. da. A espacialidade da COVID-19 e o pandemônio em meio a pandemia nas comunidades tradicionais da Cajaíba – Paraty. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v.16, n.1, especial COVID-19, p.206-231, 2020.

SILVA, J. C. B.S. **Muito além da questão ambiental**: discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres. 2017. 235 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.71, n.2, p.51-67, 2019.

SPINK, M. J. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.9, p.3743-3754, 2014.

SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004. p.123-151.

VALÊNCIO, N. Desastres, tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.9, p.3631-3644, 2014.

Submetido em: **09/12/2020**

Aceito em: **25/04/2021**